



DIAGNÓSTICO:

Elementos fundamentais para compreensão do espaço



CANDIDATURA DO
MUNICÍPIO DE PALMELA
AO **QREN**

FEVEREIRO 2009

DIAGNÓSTICO: ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA COMPREENSÃO DO ESPAÇO

“Palmela, grande vila ainda aninhada no seu morro, de casas brancas e ruas acanhadas, comanda as vastas planuras de sopé, coroada por um castelo que foi sede da Ordem de Santiago, vigiando simbolicamente uma das entradas das terras baixas do Sul, que aquela ordem incorporou no território nacional. É muito instrutivo o contraste de paisagem que se observa do castelo: para o sul, hortas, laranjais e quintas dos arredores de Setúbal indicam a ocupação agrária antiga e intensa que, graças à rega, constitui a auréola típica das cidades meridionais; para o norte os contornos geométricos das vinhas, olivais, campos de trigo e até pinhais e eucaliptais, salpicados de casas disseminadas, constituem uma paisagem de colonização, que transformou as charnecas, à força de estrume e de trabalho, num dos centros abastecedores da capital e das aglomerações próximas.”¹:

¹ Cf. RIBEIRO, Orlando – *A Arrábida. Esboço Geográfico*, 3ª edição, s/l: Fundação Oriente/Câmara Municipal de Sesimbra, 2004, p. 122

INDICE

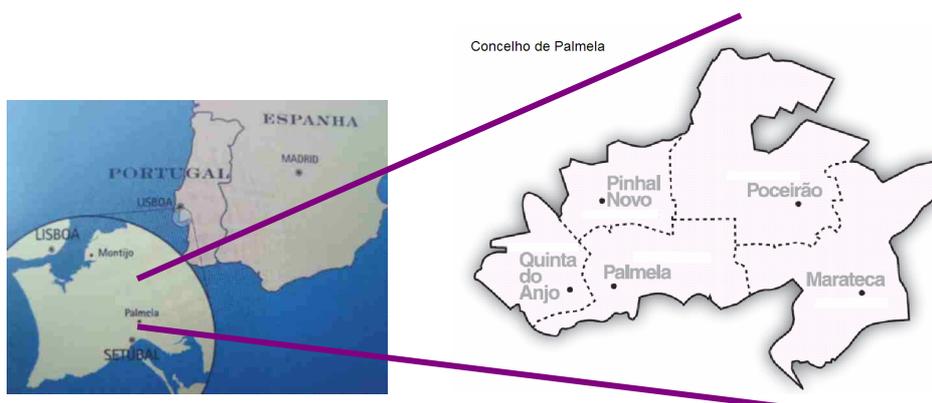
Diagnóstico: Elementos Fundamentais para compreensão do Espaço	2
1. Enquadramento geográfico – o concelho de Palmela	4
2. O Centro Histórico de Palmela – génese de uma Vila	5
2.1. Delimitação da Área de Intervenção	5
2.2. A Ocupação Humana anterior ao Castelo	7
2.3. A Formação da Malha Urbana – Sécs. XII-XX	8
2.4. O Castelo como factor-chave na Formação Urbana	10
2.5. A Formação do Novo Burgo	13

1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO – O CONCELHO DE PALMELA

O concelho de Palmela, com uma história de 823 anos – contados a partir do Foral de 1185, atribuído por D. Afonso Henriques -, muito marcada pela importância do poderio senhorial da Ordem de Santiago de Espada, que durante cerca de 500 anos teve sede no Castelo, é actualmente constituído por cinco freguesias: Palmela, Pinhal Novo, Poceirão, Quinta do Anjo e S. Pedro da Marateca.

Estende-se por 462 Km², facto que faz dele o maior concelho da Área Metropolitana de Lisboa e do Distrito de Setúbal; tem confrontações, a Norte, com os concelhos do Montijo e de Alcochete, a Noroeste com Moita e Barreiro, a Oeste com Sesimbra e Seixal, a Sul e Sudoeste com o de Setúbal, a Este com o de Vendas Novas, e a Sudeste com Alcácer do Sal.

Fig.1 - O concelho de Palmela na Península de Setúbal e em Portugal



No concelho coexistem sociabilidades urbanas e a presença vincada do mundo rural, as quais convivem com uma presença industrial forte, em particular do sector automóvel, desde que a AutoEuropa se instalou neste território. A agricultura, a vitivinicultura e a pecuária marcam presença e distinguem-se pela qualidade de muitos produtos regionais aqui nascidos, de que são exemplos os vinhos, o centenário Moscatel de Setúbal, a maçã riscadinha de Palmela ou «Cunha» e o queijo de Azeitão.

As áreas que constituem a estrutura biofísica de protecção e valorização ambiental do concelho abrangem 212 Km² e integram valores ecológicos, paisagísticos e científico-culturais de que são

fortes exemplos a Reserva Natural do Estuário do Sado, a Reserva Natural do Estuário do Tejo, o Parque Natural da Arrábida e uma grande área de montado.

Localizada a cerca de 40 Km a Sul de Lisboa, Palmela é facilmente acessível quer pela rodovia – a partir de Lisboa há acessos pelas pontes Vasco da Gama e 25 de Abril; de Espanha chega-se pelas auto-estradas A6 e A2; do Algarve pela A2, quer pela ferrovia – a electrificação e a ligação a Lisboa são já uma realidade, e está numa posição de centralidade criada pelas últimas opções nacionais em matéria de transportes (ex. o atravessamento pela linha ferroviária de alta velocidade e a proximidade do novo aeroporto) e de localização de plataformas logísticas. Desta forma, é possível aceder facilmente à grande heterogeneidade paisagística e à descoberta da História deste concelho que, em 1926, reconquistou a autonomia perdida para Setúbal em 1855 e que nos censos de 2001 contava com 53 mil habitantes.

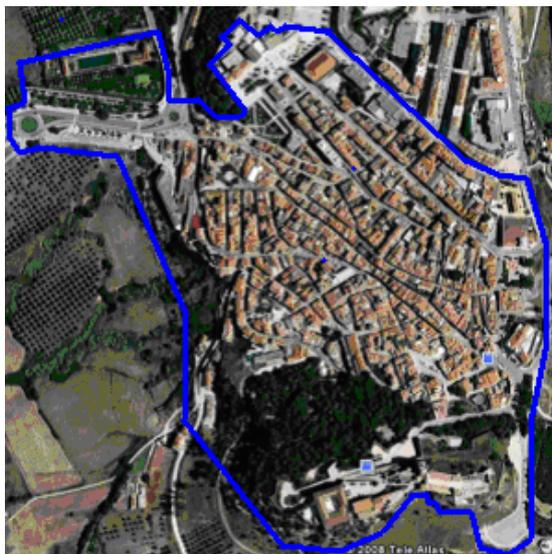
No concelho de Palmela, a conciliação entre o urbano e o rural, entre o interior e a proximidade ao litoral e à capital portuguesa, entre tradição e modernidade, são marcas de uma identidade local que muito tem a mostrar do ponto de vista turístico; para tal importa uma aposta no conhecimento e na requalificação urbana do principal e mais antigo burgo e sede do concelho: a vila de Palmela, indissociável do castelo.

2. O CENTRO HISTÓRICO DE PALMELA – GÉNESE DE UMA VILA

2.1. Delimitação da área de intervenção

A área de intervenção, confinada pela linha azul na figura abaixo apresentada, corresponde a um espaço “agregado” que reúne características urbanas e sociais específicas e interdependentes que interessam preservar. Trata-se de uma zona urbana que, se não for alvo de uma intervenção integrada ao nível dos espaço público e privado, com o apoio da Autarquia e dos parceiros locais, poderá ficar irremediavelmente comprometida, afectando a essência deste centro histórico, de características muito específicas, pela sua história político-militar, localização e arquitectura.

Foto 1 - Vista aérea do Centro Histórico de Palmela



Deste modo, considera-se área de intervenção o espaço urbano que engloba o núcleo histórico, o Castelo de Palmela, o Parque Venâncio Ribeiro da Costa (designado como “Mata do Castelo”) e ainda, mais a Norte, a zona considerada de transição em termos urbanos mas que dispõe de alguns edifícios interessantes do ponto de vista arquitectónico.

A realização sistemática de intervenções arqueológicas no concelho e, em particular no Castelo e no Centro Histórico da Vila de Palmela, teve início em 1987, sendo as mesmas da responsabilidade da Câmara Municipal de Palmela e do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

Hoje, as potencialidades arqueológicas da região de Palmela são amplamente reconhecidas quer para a Pré-História antiga e recente quer para os períodos Romano e Medieval, Moderno e Contemporâneo.

O património arqueológico constitui um recurso fundamental na gestão articulada do ordenamento do território e no desenvolvimento sustentado do concelho, valor que importa salvaguardar e divulgar à sociedade, como contributo indispensável para a percepção da construção da identidade cultural local. A Carta Arqueológica do Concelho está em permanente actualização, dado que se reconhece que um trabalho de inventariação e geo-referenciação do

património arqueológico nunca é definitivo, pois ano após ano as prospecções revelam novos dados, novas áreas de potencial riqueza em termos de vestígios da cultura material.

2.2. A Ocupação Humana anterior ao Castelo

A presença humana mais antiga conhecida na vila de Palmela remonta ao Paleolítico Médio (cerca de 30 000/28 000 a.C.), conforme atestam as intervenções arqueológicas realizadas no Casal da Cerca. No mesmo local e na Volta da Pedra foram também registadas ocupações do Neolítico Antigo evolucionado.

No primeiro sítio, um extenso habitat com cerca de 1,5 ha, os homens associavam práticas agro - pastoris e as actividades cinegética, colectora e piscatória².

As necessidades defensivas das populações condicionavam a preferência pelos lugares altaneiros, daí a presença de comunidades em Chibanés³, Moinho da Fonte do Sol e Alto de S. Francisco.

“A superfície amuralhada durante a Pré e a Proto-História estima-se em cerca de 1 ha. A mais antiga ocupação remonta à Idade do Cobre (Calcolítico) e Bronze antigo, entre 5 000 e 3 700 anos antes do Presente. Abandonado no final do Horizonte Campaniforme (Bronze antigo), o local foi reocupado, graças às suas boas condições geoestratégicas, na II Idade do Ferro (sécs. III-II a. C.) e no período proto-romano, também designado por romano-republicano (sécs. II-I a. C.).”⁴

O cume do morro de Palmela protagonizou o esboço da fortificação que tradicionalmente se tem atribuído aos romanos, apesar dos escassos vestígios dessa ocupação; é um lugar estratégico de primeiro plano, pois permite o controlo dos estuários do Sado e do Tejo.

No período romano, o actual território do concelho de Palmela fazia parte de dois *Conventus* distintos - *Scalabitanus* (sede: Santarém) e *Pacensis* (sede: Beja) - e seria travessado pela via

² Cf. SOARES, Joaquina e SILVA, Carlos Tavares “Povoado do Neolítico Antigo do Casal da Cerca (Palmela)”, in FERNANDES, Isabel Cristina e SANTOS, Michelle – *Palmela Arqueológica. Espaços, Vivências, Poderes. Roteiro da exposição*, Palmela: Câmara Municipal, 2008, p. 22

³ Chibanés é um sítio fortificado - ao qual podemos chamar o primeiro castelo de Palmela – situado na crista da Serra do Louro, de onde se avistam para norte, o estuário do Tejo e, a sul, o rio Sado.

⁴ Cf. *Ibidem*, p. 31

romana *Olisipo* (Lisboa) / *Emerita Augusta* (Mérida). As várias áreas que compõem o actual concelho de Palmela apresentam, conforme as suas potencialidades naturais, níveis distintos de romanização.

Na Baixa de Palmela situavam-se casais agrícolas e *villas*; na zona do Estuário do Sado - Zambujalinho, Escorial das Paulinas e Sapal do Monte da Eira - dedicando as populações a uma actividade industrial de produção de ânforas e à mineração e fundição de ferro⁵.

Da época visigótica, no Castelo actual, apenas se conservou alguma cerâmica de tradição local, bem como alguns capitéis.

2.3. A Formação da Malha Urbana – Sécs. XII-XX⁶

A génese e o desenvolvimento de uma malha urbana são o resultado de uma prática colectiva de séculos num dado território. O seu estudo obriga, assim, ao recurso a conhecimentos pluridisciplinares. Em Portugal, geógrafos e historiadores foram os percussores da história do urbanismo com a inevitável parceria, hoje, de arqueólogos, arquitectos, sociólogos e economistas entre outros.

A descoberta da evolução da forma urbana de Palmela tem sido prosseguida quer pelas intervenções arqueológicas, como já enunciado, quer por estudos de outros profissionais, no âmbito do trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Recuperação do Centro Histórico da vila de Palmela, criado pelo município em 1998, com a missão de promover uma estratégia global e integrada para a requalificação do Centro Histórico de Palmela.

Este trabalho resulta por um lado da ambição em conhecer e divulgar a História Local nas suas múltiplas vertentes e por outro lado da requalificação este núcleo urbano, dotando-o de melhores condições de habitabilidade e usufruto do espaço público (tanto para os que nele vivem ou

⁵ Cf. CARVALHO, António R. e FERNANDES, Isabel Cristina F. - *Arqueologia em Palmela 1988/92. Catálogo da Exposição*, Palmela: Câmara Municipal, 1993, p.10

⁶ Esta sumária caracterização do Centro Histórico da Vila de Palmela baseia-se, por um lado, na abordagem histórica apresentada no *Plano Geral de Urbanização de Palmela. Relatório de Prospecção e Defesa da Paisagem Urbana. Relatório* [CIPRO, 1979] cuja perspectiva sobre as estruturas urbanas se mantém *grosso modo* actual, e, por outro, na conjugação de três tipos de dados: a) os resultados das intervenções arqueológicas realizadas nos últimos anos na vila de Palmela - embora as mesmas tenham um carácter localizado; b) a investigação historiográfica editada sobre a vila; c) estudos relativos a outros núcleos urbanos portugueses com uma evolução histórica e características geomorfológicas análogas às da vila de Palmela.

pretender vir a fazer dele o seu local de trabalho, de lazer e/ou de habitação permanente como para os visitantes de uma vila resultante de uma longa História que se funde com as raízes da nacionalidade). Neste sentido, importa, então, referir que não se pretende apenas agir numa área circunscrita pois considera-se que é tão importante recuperar um edifício que dista do núcleo inicial da urbe como o próprio centro histórico; o núcleo histórico é indissociável da sua integração do planeamento urbanístico da região pelo que salvaguardar o casco antigo passa por conhecer e considerar histórica toda a urbe e actuar para garantir que não se desvirtua globalmente. A preservação do Património no presente é, desta forma, indissociável do acto de criação de Património para o Futuro.

A Carta Europeia do Património Arquitectónico (1975)⁷, alargou o anterior conceito de património arquitectónico, passando este a considerar-se composto “*não apenas pelos nossos monumentos mais importantes como também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído.*” Um ano depois, a Recomendação de Nairobi, relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Quotidiana⁸, entende por Salvaguarda «*a identificação, a protecção, a conservação, o restauro, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos e do seu enquadramento*» e considera vital que «*o custo das operações de salvaguarda não deve avaliar-se apenas em função do valor cultural das construções, mas também do seu valor decorrente da utilização que delas se possa fazer. (...) Tais funções terão de adaptar-se às necessidades sociais, culturais e económicas dos habitantes, sem detrimento do carácter específico do conjunto de que se trata. Uma política de animação cultural deverá converter os conjuntos históricos em pólos de actividades culturais, e dar-lhes um papel essencial no desenvolvimento cultural das comunidades circundantes.*»

O actual conceito de *Centro Histórico* resulta, assim, da reflexão anterior – que remota às Cartas de Atenas (1931) e de Veneza (1964) – e da definição de *conjunto arquitectónico*, patente na Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa (1985)⁹, rectificada por Portugal em 1990, a qual na alínea 2 do artigo 1º apresenta a seguinte definição: «*agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico,*

⁷ Cf. FERREIRA, Jorge A. B. – *Direito do Património Histórico-Cultural. Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais. Actos Comunitários*, Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1998, p. 35

⁸ Cf. *Ibidem*, p. 323-324

⁹ Cf. *Ibidem*, p.

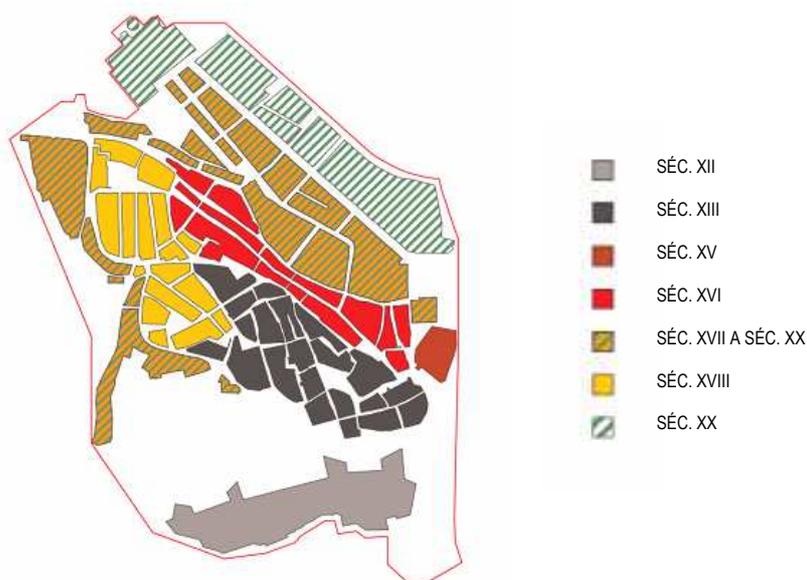
arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objecto de delimitação topográfica.»

2.4. O Castelo como factor-chave na formação urbana

A ocupação humana do actual Centro Histórico da vila de Palmela originou um burgo não muralhado, que se desenvolveu na encosta voltada a Norte do morro do Castelo.

O traçado orgânico está adaptado à topografia e, a síntese esquemática que abaixo se apresenta¹⁰, permite compreender as fases evolutivas que se conjugam com a própria ocupação do castelo, comprovada pelas intervenções arqueológicas e por um vasto acervo documental estudado.

Fig. 2 - Evolução urbana do Centro Histórico de Palmela



A instalação muçulmana está registada desde a fase do Emirato (séc. VIII-IX) ao período Almorávida (séc. XII) no *hisn*¹¹ de Palmela (Balmâla). Este constituía, sem dúvida, com os sítios fortificados de Coina e Sesimbra e com a orla sadina, um lugar imponente do ponto de vista

¹⁰ Cf. TORRES, Eunice Péguinho - *Revestimentos do Centro Histórico de Palmela: anomalias, caracterização cromática e sua conservação*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior Técnico, Junho 2007, p. 23

¹¹ Castelo, em árabe

político-militar. Por intermédio dos castelos de Povos (Vila Franca de Xira) e de Coruche, a comunicação estabelecia-se facilmente até Santarém.¹²

A partir do séc. XII, a população muçulmana desloca-se para o arrabalde, com uma ocupação cujo traçado urbano se adapta às condições topográficas e defensivas através de ruas estreitas, pátios, travessas, densos muros, becos e escadas.

Algumas estruturas de *habitat* no castelo datam dos séculos VIII-IX¹³ e estão ligadas à muralha primitiva, a Norte - a arqueologia tem dado disso prova ultrapassando o silêncio das fontes escritas. Na primeira fase da presença muçulmana, o castelo de Palmela - como o de Sesimbra - não seria permanentemente habitado e as comunidades encontravam-se no interior da muralha, a qual se limitava a um modesto espaço mais ou menos rectangular. Coloca-se mesmo a hipótese de que a vigilância e defesa fossem asseguradas por soldados colonos com terras nas imediações das zonas fortificadas¹⁴.

No séc. X (período califal), o sistema defensivo de Palmela terá sido reformulado, como sugerem as torres rectangulares. No séc. XI, o desmembramento do território califal dá origem à criação de vários reinos muçulmanos, em conflito latente, denominados Taifas¹⁵.

Em 1147, Palmela é conquistada às tropas islâmicas por D. Afonso Henriques. Após avanços e recuos de tropas cristãs e muçulmanas, em 1165 regressa às mãos das primeiras.

Em 1170, o primeiro rei português atribui aos Mouros Forros (livres) residentes em Palmela um Foral.

Quinze anos mais tarde, D. Afonso Henriques atribui novo Foral à localidade, mas destinado a regular a vida da comunidade cristã de Palmela, que coexistia com a moura forra, com a moura escrava e com a judaica.

¹² Cf. FERNANDES, Isabel Cristina F. e PICARD, Christophe - "La défense côtière au Portugal à l'époque musulmane: l'exemple de la presqu'île de Setúbal", in *Archéologie islamique*, 8-9 (1999), Paris: Maisonneuve & Larose, p. 80

¹³ Cf. FERNANDES, Isabel Cristina F. - *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos no Castelo de Palmela*, Câmara Municipal de Palmela (1992-1994)- policopiado.

¹⁴ Cf. FERNANDES, Isabel Cristina F. e PICARD, Christophe - *Ob. Cit.*, p.93

¹⁵ Cf. CARVALHO, António R. e FERNANDES, Isabel Cristina F., in *Ob. Cit.*, p. 41

Em 1186, o Castelo é doado por D. Sancho I à Ordem de Santiago, cujo poder económico-social e cultural marcará, de forma desigual mas permanente, até 1834 a vida local. “No território envolvente, com grande extensão de solo agrícola, favorecido pela abundância de água e pelas boas condições de pasto, distribuíam-se pequenas comunidades rurais na dependência tributária do poder político sediado no castelo. O povoado muçulmano do Alto da Queimada, na Serra do Louro, e outros núcleos ao longo das cumeadas que ladeiam os férteis vales das ribeiras de Corva e de Alcube são exemplos desse povoamento camponês.”¹⁶

Em 1423, D. João I instala definitivamente a sede da Ordem de Santiago em Palmela e inicia as obras de construção da igreja e do convento¹⁷, que se irão prolongar até finais do séc. XV. No esquema evolutivo do castelo, atrás apresentado, é notório o resultado construtivo deste período. O Castelo mantém parte do seu prestígio militar e concentra a supremacia e o poder religiosos.

Tendo em conta os condicionamentos naturais da topografia do terreno e as vias de acesso regional, a área a ocupar não deveria ultrapassar o talvegue onde hoje se encontra a Rua Hermenegildo Capelo, por ser uma linha de acesso natural, onde o terreno muda de exposição.

As primeiras construções devem ter-se ordenado segundo vias paralelas à cerca moura, formando assim um sector de envolvimento do Castelo. Observando a planta da vila, apercebemo-nos da existência dessas vias, paralelas há cerca do Castelo (Rua de Nenhures e Rua do Castelo), atravessadas por estreitas travessas (travessa de Nenhures e travessa do Castelo), formando blocos rectangulares no sentido Este – Oeste.

A importância das travessas se desenvolverem segundo direcções de maior declive, originando alinhamentos no sentido das curvas de nível (paralelas à cerca), tem uma intenção, que corresponde a uma forma de parcelamento e de formação urbana, obedecendo os critérios de economia de implantação.

De salientar que o burgo antigo cresceu de uma forma espontânea, ou melhor, foi crescendo segundo directrizes não projectadas, mas que traduzem momentos importantes de resolução

¹⁶ FERNANDES, Isabel Cristina - “Castelo de Palmela” in *Itinerário-Exposição Terras da Moura Encantada - Arte Islâmica em Portugal*, Porto: Livraria Civilização Editora/PITC/Museu Sem Fronteiras, 1999, p. 176

¹⁷ São os Freires-Cavaleiros de Santiago que assumem a reconstrução do castelo e o repovoamento da região, convivendo as comunidades muçulmana e cristã em territórios contíguos.

das tendências para o desenvolvimento económico, social e urbano, e no seu ajuste com os elementos físicos existentes como sejam a morfologia do terreno e caminhos existentes, como suportes de transformações.

A partir do castelo, todo o crescimento urbano se orientou na direcção dos pontos de maior acessibilidade criada pelas estradas de Setúbal e da Aldeia Galega (Montijo).

Na direcção da antiga estrada de Setúbal, o Rossio (actual Largo d'el rei D. João I) ocupa uma posição privilegiada e, em torno dele processou-se a fixação da população, conferindo-lhe assim a situação central no novo desenvolvimento urbano.

2.5. A Formação do Novo Burgo

O actual Largo do Município, embora acentuado por um desenvolvimento posterior, corresponde ao aparecimento do novo burgo, integrando o lugar de S. Pedro, o caminho do Castelo e a estrada da Aldeia Galega. Ao contrário do Rossio, que permanecera localizado à margem dos novos acontecimentos urbanos, o Largo do Município será o elemento urbano mais significativo e ordenador do novo crescimento urbano de Palmela.

Um troço de uma estrada do período medievo subsiste até hoje: seguia *Detrás de S. Pedro* na direcção de Aires, pela Quinta da Glória; outros caminhos, na vertente sul do castelo, podem remontar ao mesmo período.

O aparecimento duma malha diferenciada, estabelecendo a ligação entre o cruzamento das estradas da Moita, Azeitão e Setúbal, e o Largo do Município, corresponde ao tipo de “cidade-caminho” de mercadores da Baixa Idade Média, e apresentando uma homogeneidade de parcelamento, permite-nos admitir que a criação deste tecido urbano, que se pode verificar a partir de meados do séc. XIII e XIV.

Tem-se, portanto, a justaposição de dois centros habitacionais de origem e natureza diversas. Um, mais antigo, correspondendo a uma posição de defesa, tendo como centro uma praça; o outro, mais recente, correspondendo a um caminho de passagem baseado numa actividade de troca, focado num ressurgimento das instituições municipais.

Em 1510, num documento referente aos Foros pertencentes à Ordem de Santiago em Palmela, é localizada uma “*casa da Ordem na rua que vay do pelourinho dereito aa rua do ouro*”¹⁸, pelo que é provável a existência de um pelourinho no período medievo ou edificado no reinado de D. Manuel.¹⁹

Em torno da vila abundavam vastas zonas de cultivo (vinhas, várzeas, terras de pão, pomares, matas), cuja produção podia ser levada a outros núcleos populacionais através de diversas vias de comunicação, cuja existência demonstra a importância económica de Palmela à data²⁰.

Sob decisão de D. Jorge²¹ ter-se-ão realizado algumas importantes obras na vila de Palmela. Dois exemplos: a abertura da estrada para Setúbal (actual Estrada da Cobra), mencionada nas *Memórias Paroquiais*; e, a construção do primitivo chafariz, no local onde hoje se encontra a obra do reinado de D. Maria I.

Em 1529 é criada a Misericórdia de Palmela²², no local onde, no século anterior, fora fundada uma ermida “intitulada do Espírito Santo, a qual fundaram como albergaria dois homens bons desta vila (...) fazendo nela uma confraria de caridade”²³.

Cinco anos após a Restauração da Independência - em 1645 - é erguido (ou muito provavelmente restaurado²⁴) o Pelourinho, importante marca do poder judicial no espaço urbano, símbolo de autonomia municipal e demonstração da presença da (nova) dinastia liderada por D. João IV.

¹⁸ FORTUNA, António Matos - *Memórias da Agricultura e Ruralidade do Concelho de Palmela*, Palmela: C. Municipal de Palmela, 1997, p.227

¹⁹ A edificação de pelourinhos após a 2ª metade do séc. XVI escasseia. “Alguns levantam-se em memória de outros, antigos e já desaparecidos” - LEITE, Ana Cristina - “Os Centros Simbólicos”, in *História da Arte Portuguesa* (Dir. Paulo Pereira), vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, p. 83

²⁰ 334 moradores (moradores da vila - 259 hab. - e termo incluídos; o termo desta vila era constituído pelo território ocupado hoje pelas seguintes freguesias: - Marateca (S. Pedro de Marateca), Pinhal Novo (S. José) e Quinta do Anjo (Nossa Senhora da Redenção), freg. Conc. de Palmela; e parte de Santo Isidro de Pegões (Santo Isidro) - os lugares desanexados da freg. de Marateca aquando da criação da freg. em 1957 -, freg. conc. do Montijo)
Cf. DIAS, João José Alves - *Gentes e Espaços. Edição Crítica do Numeramento de 1527-1532. Comarca de Entre Tejo e Guadiana*, Cascais: Patrimonia, 1999, p. 165

²¹ Último mestre da ordem de Santiago

²² Cf. FORTUNA, António Matos - *Misericórdia de Palmela. Vida e Factos*, Palmela: Santa Casa da Misericórdia de Palmela, 1990, p. 13

²³ IDEM - *Monografia de Palmela 1 - Memórias Paroquiais de 1758*, Palmela: Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela, 1982, p. 20

²⁴ LEAL, Ernesto Castro e outros - *Da supressão à restauração do concelho de Palmela: Conjunturas e Símbolos (1855-1926)*, “Col. Cadernos Locais, vol.I”, Palmela: Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela, 1998, p.47

O Terramoto de 1755 marca o país, e também a vila de Palmela e arredores. Os edifícios do Castelo, a Igreja de S. Pedro e outros terão sido seriamente afectados, destacando-se a Igreja de Santa Maria, que já antes apresentava sinais de degradação. Em 1758, as *Memórias Paroquiais* dão notícia de existirem 836 fogos, o que corresponderia a cerca de 3 301 moradores (incluindo a área da Marateca)²⁵. Em 1790, o núcleo urbano tem já uma configuração muito semelhante à que hoje lhe conhecemos.

Palmela administrava, então, duas freguesias: Santa Maria e S. Pedro; esta última anexou, em 1851, a primeira. Quatro anos mais tarde o concelho era integrado - pela reforma administrativa de 1855, no de Setúbal, sendo também suprimido o julgado e, em sua substituição, aberto um ofício de *Tabelião de Notas* na vila de Palmela²⁶.

Estes factos ter-se-ão ficado a dever, por um lado, aos objectivos de eficiência preconizados pela Regeneração (que reduziu as unidades concelhias de 382 para 256) e, por outro, à quebra da importância sociopolítica de Palmela: em 1834 a extinção das Ordens Militares e religiosas retira ao Castelo o prestígio de que até aí gozava.²⁷

Palmela era, em 1864, a segunda maior freguesia do concelho de Setúbal, contando 6 172 habitantes. O período da Regeneração permitiu um crescimento económico ímpar no país – a nível agrícola introduzem-se inúmeras inovações tecnológicas, é implementada a rede ferroviária e esta situação reflecte-se também culturalmente.

O período de 1850 a 1890 foi, a nível nacional, a época áurea das filarmónicas: Palmela viu também nascer, nessa altura, as duas Sociedades - Sociedade Filarmónica Palmelense "Os Loureiros" (1852) e a Sociedade Filarmónica Independente e Humanitária (1864)²⁸ - que ainda hoje constituem, na vila, importantes focos culturais e recreativos.

²⁵ Cf. FORTUNA, António Matos - *Misericórdia...*, p.44

²⁶ Cf. LEAL, Ernesto Castro e outros, *Da supressão...*, p. 22

²⁷ O Castelo - em decadência - seria berço, em 1841, de Hermenegildo Capelo, filho do Governador da fortaleza e, mais tarde, célebre como militar e explorador do continente africano, na 2ª metade do séc. XIX, em companhia de Serpa Pinto e Roberto Ivens. No último quartel do mesmo século, foi instalado no Castelo um importante posto da rede nacional de transmissões militares que só veio a ser desactivado em 1993.

²⁸ A Sociedade Filarmónica Humanitária inaugurou, em 1924, o seu novo coreto, situado no Largo de S. João, que veio substituir o antigo, construído em madeira no Largo do Chafariz D. Maria I, à entrada da vila.

O Grupo Cénico d' "Os Loureiros", com actividade que remonta a 1870, constituiu um dos marcos fundamentais da vida cultural de Palmela, com grande êxito quer na vila, quer noutras localidades. No Largo 5 de Outubro existiu um coreto desta sociedade²⁹.

No mesmo ano é oficialmente constituída outra importante associação: o Palmelense Futebol Clube, resultante da fusão de dois grupos cuja mais antiga formação remonta a 1912.

A primeira década do século XX, ainda antes da implantação da República, reflecte alguma preocupação nacional com a ruína de alguns monumentos emblemáticos nacionais. Neste contexto, procede-se à classificação de fortaleza, igrejas e pelourinhos, facto que se reflecte em Palmela na elevação do Castelo, da Igreja de Santiago e do Pelourinho da Vila à categoria de Monumentos nacionais, pelo Decreto-Lei de 16 de Junho de 1910, DG 136 de 23.06.1910.

A autonomia administrativa do concelho foi recuperada em 1926, bem como a categoria de Vila para Palmela. Esta situação resultou quer de uma intensa pressão por parte da comunidade local junto do poder central e concelhio (de Setúbal), em particular do Movimento Pró-Concelho de Palmela criado cerca de 1914, quer pelo facto do espaço correspondente à então freguesia Palmela/Marateca constituir, a partir de meados do século XIX, uma importante área produtiva e em crescimento demográfico acelerado.

Este desenvolvimento económico e populacional foi fruto da colonização desencadeada entre Rio Frio e o Poceirão por José Maria dos Santos - no âmbito dos seus investimentos na cultura da vinha - e da dinâmica imposta pelos caminhos-de-ferro na área de Pinhal Novo.

A tomada de posse da Comissão Administrativa - presidida por Joaquim José de Carvalho - da Câmara Municipal do concelho de Palmela, marca uma nova etapa na história da vila e de todo o território governado a partir de Palmela. Fruto desta tendência, em 1928 são criadas as freguesias de Pinhal Novo e Quinta do Anjo.

Ao longo da 1ª metade do século XX a população de Palmela cresce e o espaço urbano acompanha esse ritmo. Em 1937 é fundada a corporação de Bombeiros Voluntários de Palmela.

²⁹ Cf. *A Vila de Palmela*, 3ª edição, Palmela: Câmara Municipal, 1996 (fac-símile da 1ª edição, 1930)

Em Portugal, o apogeu do planeamento urbano situa-se entre 1944-45, momento em que cerca de 3 centenas de estudos de ante-planos de urbanização são finalizados, dos quais cerca de metade são aprovados até 1954.³⁰

No final da década de 40, um Plano de Urbanização³¹ abre a expansão da vila para Norte, ao longo da Azinhaga dos Caracóis (antigo caminho da Aldeia Galega); esse Plano, de provável filiação no «Plano de Urbanização de Lisboa» (1938-48), e baseado na concepção de *cidade-jardim* de raiz saxónica, não foi maioritariamente concretizado tal como aconteceu em muitas outras vilas e cidades portuguesas que também (entre fins dos anos 30 e meados dos anos 50) viram planos análogos serem concebidos³².

O Ante-Plano de Urbanização de Palmela, da autoria do arquitecto João Aguiar, foi submetido a Parecer do CSOP em 1949 e aprovado com condicionamento em 15.12.1955 (data de homologação do parecer do Conselho Superior de Obras Públicas)³³. O arquitecto João Aguiar, funcionário do Gabinete de Urbanização do Ultramar, tinha a seu cargo em 1948 os planos para Palmela, Setúbal, Olhão e Santarém, entre outros.

Apenas o esquema viário preconizado no Plano de 1948 permaneceu, pois a perspectiva baseada na pequena propriedade urbana não terá correspondido aos objectivos dos agentes sociais locais.

Em 1952 a inauguração do Cine-Teatro S. João marca a vida sociocultural da Vila. Mandado erguer por Humberto da Silva Cardoso, com projecto de Wily Braun e Pedro Cavalleri – respectivamente o arquitecto e o engenheiro responsáveis pelo actual edifício, constitui um sóbrio e harmonioso trabalho, com interessantes pormenores decorativos. A esplanada (projectada para 1 178 lugares) ficou, contudo, por construir. À data, o conjunto de máquinas de projectar da Zeiss Ikon, instalado neste Cine-Teatro, era dos mais modernos em Portugal. Importante equipamento cultural da vila de Palmela, em 1981, encerrou ao público as suas portas. Após aquisição do edifício pela Câmara Municipal em 1989, o seu papel como centro cultural foi recuperado, tendo reaberto dois anos mais tarde. Actualmente prepara-se nova

³⁰ Cf. LOBO, Margarida Souza – *Plano de Urbanização. A época de Duarte Pacheco*, Série 1. Ensaios, 5, Porto: DGOTDU-FAUP Publicações, 1995, P. 145

³¹ Cf. Plano *Geral de Urbanização de Palmela. Relatório de Prospecção e Defesa da Paisagem Urbana. Relatório* [CIPRO, 1979], p. 32

³² Cf. FERNANDES, José Manuel - *A Arquitectura*, "Col. Sínteses da Cultura Portuguesa", Lisboa: INCM, 1991, p.120

³³ In LOBO, Margarida Souza – *Ob. Cit.*, anexos

intervenção para dignificar e criar melhores condições ao mais emblemático equipamento culturais do centro histórico de Palmela.

O último quartel do século XX fica marcado por novas urbanizações – de entre as quais se destaca a “Nova Palmela”.

Em 1964, celebrando o centenário da Sociedade Filarmónica Humanitária, é inaugurada a nova sede desta colectividade, que constitui também do ponto de vista arquitectónico, uma inovação na vila.

As preocupações da Câmara Municipal com a preservação do núcleo antigo da vila começam a revelar-se, nos anos 80, culminando nos anos 90, com a criação de um Gabinete vocacionado para a resolução dos problemas inerentes à vida no Centro Histórico de Palmela. Paralelamente, a preocupação com o *ex-libris* do concelho – o Castelo de Palmela – determinou a criação de um programa municipal pluridisciplinar e de uma direcção de projecto, para definição de uma estratégia para o mesmo: o PRAC – Programa de Recuperação e Animação do Castelo de Palmela; actualmente gerido pela Divisão de Património Cultural da Câmara Municipal em articulação com uma Comissão de Acompanhamento composta por representantes de diversas unidades orgânicas.